



02
8

URGENTE

**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DA CAPITAL.**

MARIA TEREZA ALVES LUNA, brasileira, viúva, pensionista, identidade n.º 06692199-0 - IFP, CPF 774.665.787-72, residente e domiciliada na Rua Francisco Pereira da Silva, n.º 70, apto. 101, Campo Grande, Rio de Janeiro, CEP. 23042-070, telefone 3364-4369, vem, através do Defensor Público em exercício no **NUPOND - NÚCLEO DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DEFICIÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, propor

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS
EFEITOS DA TUTELA**

em face de **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** e **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, representados por seus Procuradores, com endereço na Rua do Carmo, 27, Centro, CEP: 20011-020, e Travessa do Ouvidor, n.º 04, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20040-040, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

Inicialmente, afirma sob as penas da lei que não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, em conformidade com a Lei 1.060/50 e CR art.5º, LXXIV, requerendo, desde logo, a prioridade na tramitação do processo, uma vez que a autora tem doença grave (CPC, arts. 1.211-A e 1.211-B).

73019866-13.2012.8.19.0001 Sort 2305121237 FP01 24901



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A autora tem retinopatia diabética (Cid 10 H 36.0) no olho direito, necessitando de acompanhamento médico constante e dependendo desta forma de medicação contínua para estabilização do seu quadro de saúde.

É indispensável à continuidade do seu tratamento, havendo inclusive, risco de cegueira, o seguinte medicamento, na seguinte quantidade, consoante receita médica acostada:

RANIBIZUMABE – 6 ampolas – aplicar 0,1 ml intravítreo no olho direito durante 6 meses

A autora não dispõe de condições financeiras para arcar com a aquisição do medicamento, no valor aproximado de R\$ 4.744,29 mensais, sobrevivendo da pensão paga pelo INSS.

Foram enviados ofícios de números 322/2012 à Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro e 323/2012 à Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro para que informassem quanto às condições de fornecimento dos medicamentos necessários à saúde e ao bem-estar físico da demandante, que, todavia, não foram atendidos, conforme documentos acostados.

Patente a impossibilidade financeira da autora para custear o seu tratamento e, diante do não fornecimento espontâneo pela rede pública, não lhe resta alternativa a não ser o ingresso em Juízo a fim de obter a tutela jurisdicional que assegure o exercício do seu direito, protegido em patamares constitucional e legal.

A Constituição de 1988, ao cuidar da ordem social, **assegurou a todos os indivíduos o direito à saúde**, estipulando o correlato dever jurídico do Estado de prestá-la, consoante dispõe o artigo 196 do mencionado Diploma Legal. Trata-se de verdadeira **garantia fundamental** atípica, direito constitucional de segunda geração, eis que impõe ao Estado uma prestação positiva, consistente em um facere.

A saúde, muito embora venha assegurada fora do rol exemplificativo do artigo 5º da Constituição da República, é garantia de extrema importância, uma vez que sua pedra angular é o próprio princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o qual não constitui apenas em um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, como consagra expressamente o artigo 1º, inciso III, da Carta Magna, mas também caracteriza o cerne axiológico de todo ordenamento jurídico constitucional.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Com efeito, verifica-se, assim, a manifesta existência de um dever jurídico primário do Estado, a ser cumprido pelos três centros de competência: a prestação da saúde pública.

Ressalte-se que o legislador constituinte não se satisfaz com a mera existência deste serviço; ele deve realmente ser prestado, e de forma eficiente.

O **Princípio da Eficiência**, incluído no rol dos princípios reitores da Administração Pública pela Emenda Constitucional 19/98, é verdadeiro postulado do Princípio Democrático – Republicano. Se o titular do Poder é o povo e o Estado organizado é mero gestor da coisa pública, as finalidades a que se destina este ente devem efetivamente ser cumpridas, sob pena de esvaziar-se a própria razão de ser do Estado, que é a promoção do bem-estar social.

Desta forma, não há dúvida quanto à existência do dever jurídico estatal de prestar serviços de saúde pública à população de forma rápida e eficiente.

DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

O artigo 273 do Código de Processo Civil prevê a possibilidade de antecipação liminar dos efeitos da tutela jurisdicional pretendida, desde que verossímeis os fatos alegados, e existente o perigo de ineficácia da medida ao final.

O direito da autora decorre de fatos comprovados de plano, através dos documentos que instruem a inicial.

Da mesma forma, é inconteste o perigo da demora, uma vez que, a cada dia que passa, sem os medicamentos prescritos, piora o estado de saúde da demandante.

A concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública não é restringida na hipótese em exame, eis que, conforme jurisprudência assentada nos Tribunais, a vedação da antecipação da tutela, nos termos da Lei



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

nº 9.494/95, limita-se aos casos enunciados nas Leis nº 4.384/64; 5.021/66 e 8.437/92.

Ante o exposto, requer:

- a) o deferimento da antecipação da tutela jurisdicional, inaudita altera pars, a fim de que seja determinado ao Estado do Rio de Janeiro e ao Município de Nova Iguaçu que forneçam à autora o medicamento, conforme descrito acima, ou outros que porventura venham a ser necessários durante o curso do tratamento, devendo o fornecimento ser mensal, na forma, pelo tempo e em quantidades, de acordo com o receituário médico em anexo ou outro oportunamente expedido, sob pena do pagamento de multa diária e da adoção das medidas judiciais cabíveis, dando ciência da decisão, por Oficial de Justiça aos respectivos Secretários de Saúde;
- b) a concessão do benefício da gratuidade de justiça e a observância da prioridade na tramitação do feito, tendo em vista que a autora tem doença grave, tomando-se as providências previstas nos artigos 1.211-A e 1.211-B do Código de Processo Civil;
- c) a citação dos réus para oferecerem resposta, sob pena de revelia;
- d) *a procedência do pedido, com a condenação dos réus em caráter definitivo, à obrigação de fornecer à autora o medicamento, conforme descrito acima, ou outros que porventura venham a ser necessários durante o curso do tratamento, devendo o fornecimento ser mensal, na forma, pelo tempo e em quantidades, de acordo com o receituário médico em anexo ou outro oportunamente expedido, sob pena do pagamento de multa diária e da adoção das medidas judiciais cabíveis, dando ciência da decisão, por Oficial de Justiça aos respectivos Secretários de Saúde;*
- e) a condenação dos réus ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do Centro de Estudos



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Jurídicos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, na
forma da Lei Estadual n.º 1.146/87.

Requer, ainda, a produção de provas testemunhal, pericial,
documental e depoimento pessoal.

Dá-se à causa o valor de R\$ 40.000,00.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de Maio de 2012.

Maria Tereza Alves Luna
MARIA TEREZA ALVES LUNA

Valmery Jardim Guimarães

Defensor Público

[Assinatura]
MOC 830274-8